

**RECURSO ESPECIAL nº 1722702 - DF (2018/0027102-0)**

**RELATOR : MIN. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**

RECORRENTE : AIRTON ZUZA NANTES  
RECORRENTE : LUIZ CARLOS MAYORQUIN  
RECORRENTE : ADILSON CLEITON MAYORQUIN  
RECORRENTE : PAULO DANILO LACERDA DUARTE  
RECORRENTE : GUILHERME JUARES DUARTE  
RECORRENTE : EUDES APARECIDA DUARTE DAVANCO  
RECORRENTE : CELIA APARECIDA DE PAULA DUARTE  
RECORRENTE : PAULO SOUZA DUARTE  
RECORRENTE : CRISTIANI DE PAULA DUARTE  
RECORRENTE : ERICA DE PAULA DUARTE  
ADVOGADO : JUCIARA HELENA CRISTINA DE SOUZA BARROS E OUTRO(S) -  
DF029778  
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA  
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por AIRTON ZUZA NANTES e outros, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal assim ementado:

*"CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INTERRUÇÃO. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA.*

*1 - É quinquenal o prazo de prescrição aplicável à pretensão de cumprimento individual de sentença proferida em sede de Ação Civil Pública (REsp nº 1273643/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 04/04/2013 - Tema 515).*

*2 - Não obstante a legitimidade conferida ao Ministério Público para a defesa dos interesses coletivos de consumidores e para a liquidação e execução coletiva (inciso I do artigo 82 e artigo 97, ambos do Código de Defesa do Consumidor), a cautelar de protesto por ele ajuizada não tem o condão de interromper o transcurso de prazo prescricional dos cumprimentos de sentença individuais, ante a divisibilidade e individualização da pretensão almejada e a subsidiariedade da legitimação Ministerial. Apelação Cível desprovida" (fl. 278 e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, os recorrentes apontam violação dos arts. 202, II, 203 do Código Civil, 82, 97 do CDC e 5º, I, da Lei nº 7.347/85.

Mencionam que *"uma vez legítima a atuação do Ministério Público, está configurada a interrupção do prazo prescricional"* (fl. 321 e-STJ).

Não houve contrarrazões (certidão de fl. 330 e-STJ), o recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar.

A decisão proferida pelo Tribunal de origem está em dissonância com o entendimento desta Corte firmado no sentido de que tratando-se de demanda coletiva, o prazo de prescrição para a execução individual do título pode ser interrompido pela propositura do protesto proposta pelo Ministério Público.

A propósito:

*"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO.*

*EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL: TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PROPOSITURA DE PROTESTO JUDICIAL PELO ENTE SINDICAL. POSSIBILIDADE. JUROS MORATÓRIOS. ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997. APLICABILIDADE AOS PROCESSOS EM CURSO.*

*1. De acordo com o art. 9º do Decreto n. 20.910/1932, 'a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo'.*

*O prazo para propositura de execução contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e da Súmula 150 do STF, também é de cinco anos, contados do trânsito em julgado do processo de conhecimento.*

*2. Todavia, tratando-se de demanda coletiva, o prazo de prescrição para a execução individual do título pode ser interrompido pela propositura do protesto, voltando a correr pela metade a partir do ato interruptivo.*

*3. Os juros moratórios devem incidir no patamar de 0,5% (meio por cento) ao mês após a vigência do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, incluído pela MP 2.180-35/2001, e no percentual estabelecido para a caderneta de poupança, a partir da Lei n. 11.960/2009.*

*4. Agravo regimental provido em parte"*

*(AgRg no Ag 1.223.632/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 9/9/2014, DJe 24/9/2014).*

*"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS PREPARATÓRIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA.*

*1. Inexiste violação ao arts. 535 do CPC quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma suficiente sobre a questão posta nos autos, sendo certo que o magistrado não está obrigado a rebater um a um os argumentos trazidos pela parte quando os fundamentos utilizados tenham sido*

*suficientes para embasar a decisão.*

*2. A relação jurídica existente entre o contratante/usuário de serviços bancários e a instituição financeira é disciplinada pelo Código de Defesa do Consumidor, consoante decidido pela Suprema Corte na ADI 2591.*

*3. No caso em julgamento, o Ministério Público estadual propôs ação cautelar para exibição de documentos bancários (listagem de correntistas da agência bancária e cópias dos contratos celebrados entre as partes), de modo a constatar a ocorrência de alegada prática abusiva quanto à imposição para aquisição de produtos bancários ("venda casada"), com vistas a eventual ajuizamento de ação civil pública.*

*4. O contingente de inúmeros correntistas, clientes da ré, possivelmente compelidos a adquirir produtos agregados quando buscam abertura de contas-correntes, pedidos de empréstimos ou outros serviços bancários, denota a origem comum dos direitos individuais e a relevância social da demanda, exurgindo a legitimidade ativa do Parquet também para a ação cautelar.*

*5. Recurso especial não provido"*

(REsp 986.272/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2011, DJe 01/02/2012).

Na esteira desse raciocínio, cita-se a decisão monocrática proferida no REsp 1.723.099/SP, de relatoria da Ministra Nancy Andrigli, publicada em 19/3/2018.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos à origem para que seja verificada a ocorrência ou não da prescrição.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de fevereiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator